

“O Brasil ainda paga pela escravatura...”

Independência brasileira deveu-se mais às fragilidades do território do que às virtudes

ELMANO MADUI

Com uma simplicidade formal que não compromete o conteúdo – pelo contrário –, Laurentino Gomes passou em revista o contexto político e sócio-económico da independência do Brasil, proclamada por D. Pedro, o I do Brasil e IV de Portugal, num livro cujo título evoca a data – 1822 – e personagens complexos, *Best-seller* no Brasil, chegou a Portugal. **O que explica o êxito de 1822, a sua abor-dagem aos primórdios do Brasil soberano?** Hoje, na lista dos 10 livros mais vendidos no Brasil, seis são de História! Há uma reflexão profunda e silenciosa sobre as nossas raízes. O Brasil foi uma ditadura até há 25 anos, e as pessoas julgaram que a Democracia tornaria o país desenvolvido; mas não – é uma aprendizagem lenta, sofrida, e as pessoas estão assustadas com a pobreza, as desigualdades, a criminalidade... e interrogam-se. E buscam na História explicações para o presente.

Diz que o Brasil tinha tudo para dar errado enquanto país independente. Que “tudo” é esse, e o que contrariou tal destino?

O Brasil tinha mesmo tudo para fracassar, por vários factores: étnico, pois um cada três brasileiros era escravo, e os outros índios ou mestiços; uma população miserável com 90% de analfabetos; províncias rivais e desligadas entre si, sem sentido de unidade nacional; e havia o risco de guerra civil entre monárquicos, republicanos e federalistas. Depois, o país estava falido, porque D. João VI, ao regressar a Lisboa, raspo os cofres públicos, deixando o país sem dinheiro para armas, munições ou soldados para sustentar uma guerra. Então, o expectável era que o país mergulhasse numa guerra civil ou étnica (entre escravos e brancos). E aí entra a fantástica combinação de sorte, imprevisto e sabedoria, que consolida o país integrado e independente quando os riscos de fragmentação eram maiores. O Brasil singrou mais pelas fragilidades do que pelas virtudes, isto é, o risco de guerra civil ou étnica era tão grande, e tão desastroso para as elites da época, que preferiram unir-se em

redor do herdeiro da coroa portuguesa, D. Pedro, e preservar o país unido.

Qual foi a verdadeira extensão do papel da Maçonaria nesse processo? A influência da Maçonaria ainda se mantém?

A Maçonaria funcionava, na viragem do século XVIII para o XIX, como agente internacional de subversão, cuja agenda visava reduzir o poder dos reis e ampliar os direitos civis, e esteve por trás de quase todas as transformações da época, desde a Revolução Francesa, à libertação da América espanhola, à independência dos EUA... Ser maçã era chique, os intelectuais todos eram maçãs, o que não significa que a Maçonaria fosse homogênea – esse é um mito. Outra falsa ideia é a de que a independência brasileira foi toda tramada, organizada e decidida nas lojas maçônicas. Eu digo que não. A Maçonaria foi fundamental, mas os maçãs estavam divididos entre republicanos, federalistas, monárquicos absolutistas e constitucionais, escravagistas e abolicionistas, pelo que funcionou mais como proto-partido político. O facto de D. Pedro ter sido grão-mestre no Rio de Janeiro e logo a seguir mandar fechar e perseguir os maçãs mostra como a Maçonaria usou e foi usada pelos grupos de pressão da época. Hoje, não tem grande influência, é só uma excentricidade.

D. Pedro é o pai da Independência ou foi a marionete de Bonifácio e da Inglaterra?

D. Pedro não é o monarca sábio que faz tudo segundo a sua visão e vontade; é alvo, claro, da sedução e manipulação pela elite política brasileira. Mas é fundamental por ser o elemento de força que impede a desagregação do território. A independência resulta menos do desejo genuíno de autonomia dos brasileiros do que da crise na metrópole. Até às vésperas da proclamação da independência, a maioria das lideranças defendia o Reino Unido do Brasil, Portugal e o Algarve, porque lhe interessava: como o Brasil é mais rico do que a metrópole – estava lá o tráfico negroiro, o açúcar, o algodão, o café, ouro e diamantes – manter o reino unido dava acesso ao mercado europeu, através de Portugal, sem mediadores. Mas com a radicalização na metrópole – as

Cortes Constituintes –, os brasileiros aproveitam para executar o projecto de independência. É nessa altura que entra a sabedoria de José Bonifácio, homem experiente e sábio, que tinha assistido à Revolução Francesa em Paris. Ele percebe que manter o Brasil íntegro só com uma monarquia constitucional sob liderança de D. Pedro. É esta forma de Brasil que triunfa em 1822, cuja face visível é D. Pedro e a oculta José Bonifácio Andrade e Silva.

Leopoldina, primeira mulher de Pedro, geriu os assuntos de Estado em momentos cruciais, e formalmente é a autora da independência (com Bonifácio). Como é possível ter morrido maltratada e de desgosto?

Ao contrário de D. Pedro, Leopoldina teve educação esmerada, na corte mais ilustrada da época, a dos Habsburgos de Viena. E chega ao Brasil iludida sobre o país e o marido. Achava que vinha para um sítio exótico, idílico, como o Éden. E apaixonara-se completamente pelo marido só de lhe ver o retrato num medalhão. Quando chega ao Rio de Janeiro, assusta-se com as ideias liberais dele – ela vinha de uma corte absolutista –, mas depois sofre uma transformação política e pessoal. Política aderindo ao projecto de independência e, em 1822, tem um papel formal importante: quando D. Pedro faz as famosas cavalgadas a Minas Gerais e São Paulo, conduz as reuniões do gabinete e despacha a correspondência diplomática. Na vida pessoal, é a história mais trágica da independência. Decepção-se logo com tudo e todos: era maltratada pela corte portuguesa, invejosa da princesinha ilustrada; descobre um marido epiléptico e infiel; e vê que o Brasil é quente, sujo, cheio de mosquitos e de escravos. Depois, torna-se na parideira real – engravidada nove vezes em nove anos –, descuida os seus atributos e mergulha na depressão. Morre aos 29 anos, completamente deprimida e abandonada pelo marido, que a humilha em público com a amante.

Que imagem ficou, no Brasil, de Pedro? O estadista liberal, militar aguerrido e generoso, ou o homem bronco e dissoluto?

Infelizmente, a que prevalece é a do príncipe boémio, inconsequente, mulheren-

go e imoral. E por duas razões. A mais antiga vem da implantação da República (1889). O novo regime, para se legitimar, faz duas coisas: constrói novos mitos, como Tira-Dentes, e desconstrói a História anterior e os seus heróis, como D. Pedro I. Depois, no regime militar, há outra revisão da História, na qual D. Pedro é o herói marcial e épico do Grito do Ipiranga, o pai da pátria. Quando chega a democracia, ocorre a desconstrução dessa visão, e D. Pedro volta a ser boémio e mulherengo! A História é fascinante por isso, por ser alvo de manipulações e tempo todo, porque a natureza do poder é reescrever o passado para legitimar o presente. Por isso é um herói multiusos da História brasileira – moldado e remodelado conforme as circunstâncias.

Pedro abandona o Brasil em desgraça por se ter dividido entre as razões de Estado e as do coração. Havia hipótese de sair incólume deste “dilema do prisioneiro”?

Acho que não. Ele perde rapidamente a aura de herói da independência por três razões: primeiro, pela contradição entre o discurso liberal e a índole profundamente autoritária. Ele aceita assumir o trono brasileiro como imperador constitucional – poderes limitados pela Constituição –, mas depois dissolve a Constituinte por ela não se curvar e outorga ele uma Constituição – muito liberal, aliás. A segunda são os escândalos pessoais – muitas amantes, bastardos, e a morte de Leopoldina, amada pelo povo; a terceira é o dilema entre os interesses do Brasil e os de Portugal, porque ele é o primeiro imperador brasileiro mas é também herdeiro da coroa portuguesa, que assume – poucos brasileiros sabem que foi rei de Portugal em 1826. Lisboa vivia um momento tão difícil que não era possível a D. Pedro ignorá-lo e não proteger os interesses da filha, Maria da Glória. E torna-se inviável continuar no trono brasileiro. É obrigado a abdicar. É muito simbólico que até na morte continue dividido: o coração está aqui, no Porto, e os demais restos no Ipiranga, em São Paulo...

Iniciado o primeiro reinado da Independência, a desavença entre o poder Executivo, exercido por D. Pedro, e o legislativo



"1822"
LAURENTINO
GOMES
PORTO EDITORA

➔ Perfil

**Laurentino
Gomes**

Nasceu em 1956. Formado em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná, pós-graduado em Administração pela Universidade de São Paulo e cursos nas universidades de Cambridge, em Inglaterra, e Vanderbilt, nos EUA, em 30 anos de profissão, Laurentino Gomes trabalhou como repórter e editor para alguns dos principais órgãos de comunicação do Brasil, como o jornal O Estado de S. Paulo e a revista Veja. Atualmente, dirige uma unidade da Editora Abril, responsável pela publicação de 23 revistas.

Leva à dissolução da Constituinte. Os governos autoritários são uma marca genética do Brasil?

É verdade. O Brasil é um país construído de cima para baixo. Comparando com os EUA, ali temos, em 1776, uma sociedade com senso de participação comunitária, e com 90% de letrados que fazem a independência e criam um Estado – é um processo de baixo para cima. No Brasil é o contrário: faz-se uma independência sem povo (no sentido de entidade capaz de participação política). É o rei que, vindo de Lisboa em 1807, tem de organizar o Estado brasileiro, criar instituições que não havia, uma máquina burocrática, administrativa, que constrói o Brasil. E essa construção, de cima para baixo, continua com D. Pedro. Então, a construção do Brasil é sempre de uma elite imperial, representada pelo monarca. E essa construção autoritária continua até há 25 anos, porque a República, depois de 1889, nominalmente alarga a base de participação, mas como o povo não estava preparado para isso, por ser analfabeto e pobre, temos uma república monárquica – é sempre um general ditador, um caudilho, como Getúlio Vargas, um rei republicano, que organiza tudo de modo autoritário. É o nosso código genético – organização autoritária do Estado sem participação popular.

Diz que a delonga em acabar com a escravatura ainda hoje marca o Brasil. De que modo? E hoje, seria possível eleger um negro, ou um mulato, para a Presidência?

Esse é um passivo que o Brasil carrega desde a época colonial. Em quatro séculos, entraram quatro milhões de escravos no Brasil contra um milhão de portugueses. Em 1822, Bonifácio e D. Pedro eram abolicionistas, mas a escravatura estava de tal modo enraizada que se perpetua até 1888. Só que o Brasil, ao fazer a abolição, não incorpora os escravos na sociedade – não dá educação, nem terra nem oportunidades. O grande cinturão de pobreza que vemos em redor do Rio de Janeiro e de São Paulo, dominado pela criminalidade, é herança óbvia desse período. É um preço que o Brasil paga por não ter incorporado essa grande massa de pobres e de excluídos. Enquanto não resolver essa herança, o país não conseguirá avançar. Quanto à eleição de um negro, é pouco provável. Há o mito de que o Brasil é uma democracia racial; na verdade, é um país profundamente preconceituoso.

Como acha que Lula da Silva irá passar para a História?

O grande justiceiro da História é o tempo – quanto mais distanciado do personagem, mais equilibrado tende a ser o juízo sobre ele. Mas acho que, no longo prazo, Lula da Silva ficará na História como personagem maior. É um homem de sabedoria inata – não estudou, não é culto, é do povo –, e tem um cariz simbólico importante por ser a primeira vez que um retirante – o emigrante que foge da seca no Nordeste – e sindicalista chega ao poder. Teve a sabedoria de preservar os fundamentos económicos das reformas de Fernando Henrique Cardoso, e fez uma outra coisa importantíssima: ele realmente governou para os pobres.